



203

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

APELAÇÃO Nº 0001373-31.2009.8.17.1480 (0235593-3)
COMARCA: TIMBAÚBA
VARA: 2ª VARA
APELANTE: ROBERTO APOLINÁRIO DA SILVA
ADVOGADO: DINIZ BATISTA DE PONTES
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR: DRA. EVA REGINA DE A. BRASIL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: PENAL. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. ABSOLVIÇÃO POR BONS ANTECEDENTES E INOCUIDADE DA LEI 10.826/2003. IMPROCEDÊNCIA. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADA. AGENTE PENALMENTE IMPUTÁVEL. SENTENÇA MANTIDA. APELAÇÃO NÃO PROVIDA. DECISÃO UNÂNIME.

1. As condições pessoais favoráveis do acusado não justificam uma decisão absolutória, mormente quando se verifica que o agente é penalmente imputável.
2. Apelação não provida. Decisão unânime.

ACÓRDÃO – Vistos, relatados e discutidos os autos de Apelação nº 0001373-31.2009.8.17.1480 (0235593-3), da 2ª Vara da Criminal da Comarca de Timbaúba/PE, em que figura(m), como Apelante, **Roberto Apolinário da Silva** e, Apelado, **Ministério Público do Estado de Pernambuco**, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em negar provimento ao recurso**, tudo de conformidade com o relatório e votos constantes das notas taquigráficas anexas, devidamente rubricadas, que passam a integrar o presente aresto que está devidamente assinado.

Recife, 28 de 05 de 2014


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



APELAÇÃO Nº 0001373-31.2009.8.17.1480 (0235593-3)
COMARCA: TIMBAÚBA
VARA: 2ª VARA
APELANTE: ROBERTO APOLINÁRIO DA SILVA
ADVOGADO: DINIZ BATISTA DE PONTES
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR: DRA. EVA REGINA DE A. BRASIL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Roberto Apolinário da Silva recorre, tempestivamente, da decisão de **fls. 166/174**, que o condenou à pena de 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão, cumulada com o pagamento de 90 (noventa) dias-multa, a qual foi substituída por duas restritivas de direito, por haver incorrido no crime do art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento)¹.

O Apelante apresentou suas razões recursais **às fls. 178/180**, onde requer a sua absolvição por ter bons antecedentes, família e residência certas e que se encontrava armado para se defender, sendo o Estatuto do Desarmamento uma lei inócua, que somente beneficia a criminalidade.

O Ministério Público apresentou contrarrazões **às fls. 201/202**, posicionando-se pela manutenção da condenação.

¹ **Art. 16.** Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso proibido ou restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único: Nas mesmas penas incorre quem:

IV - portar, possuir, adquirir, transportar ou fornecer arma de fogo com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



A Procuradoria de Justiça, através da Dra. Eva Regina de A. Brasil, ofertou parecer, às fl. 207/208, manifestando-se no sentido de negar provimento ao recurso.

É, em resumo, o relatório.

À Doute Revisão.

Recife, 19 de 12 de 2012


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



204

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

APELAÇÃO Nº 0001373-31.2009.8.17.1480 (0235593-3)
COMARCA: TIMBAÚBA
VARA: 2ª VARA
APELANTE: ROBERTO APOLINÁRIO DA SILVA
ADVOGADO: DINIZ BATISTA DE PONTES
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR: DRA. EVA REGINA DE A. BRASIL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA CRIMINAL

VOTO

O Apelante foi denunciado e condenado pelo crime de porte ilegal de arma de fogo, à pena de 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão, pelo seguinte fato delituoso:

Narra a denúncia que, no dia 06 de setembro de 2009, por volta das 01:30 horas, na Rua Maciel Pinheiro, no Centro do Município de Timbaúba/PE, uma guarnição da PM/PE, em ronda de rotina, abordou o Apelante e encontrou sob seu poder um revólver da marca Taurus, calibre 38, com o número de série raspado, com capacidade para seis cartuchos, havendo em seu interior cinco cartuchos intactos, sem que tivesse autorização para portá-la, por isso, o acusado foi preso e conduzido à Delegacia de Polícia onde confessou a autoria do crime em seu interrogatório.

Segundo os autos, a denúncia foi **recebida** em **18.03.2010** (fl.139) e a sentença foi **publicada** em **29.10.2010**, não se operando a



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

prescrição da pretensão punitiva estatal. Atualmente, o Apelante encontra-se **em liberdade**, conforme certidão de fl. 176v.

A materialidade do delito encontra-se demonstrada através do Auto de Apresentação e Apreensão de fl. 11 e do Laudo Pericial de fls. 116/118.

O presente recurso resume-se à insatisfação do Apelante para com a sentença que o condenou, por entender que as suas condições pessoais favoráveis justificam a sua absolvição em face da inocuidade da Lei 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento).

De pronto, verifica-se que o pedido da defesa é despropositado e sem fundamento legal, pois, a autoria do crime encontra-se suficientemente demonstrada pela prova testemunhal de fls. 150/151 e pela confissão do acusado em seu interrogatório de fls. 151/152, que demonstra ter plena consciência da ilicitude do seu ato, sendo inadmissível o argumento de que o mesmo utilizava a arma para se defender diante da ineficácia do Estatuto do Desarmamento.

Com efeito, por ser o Apelante penalmente imputável, as condições pessoais favoráveis devem incidir apenas no momento da dosimetria da pena, o que de fato foi feito pelo julgador de 1º grau, já que se vislumbra que o acusado foi beneficiado pelo art. 44 do CP, tendo sua pena privativa de liberdade substituída por duas restritivas de direito.

Desse modo, não há qualquer reparo a ser realizado na decisão do juízo *a quo*, por ser a mesma justa e proporcional ao caso concreto.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Com esses fundamentos, **voto** no sentido de **negar provimento** ao presente recurso, mantendo-se a sentença condenatória em todos os seus termos.

Recife, 28 de 05 de 2014


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

0009
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PB-207

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0001373-31.2009.8.17.1480 (0235593-3)

COMARCA : TIMBAÚBA – 2ª VARA

APELANTE : ROBERTO APOLINÁRIO DA SILVA

APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO

RELATOR : DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO

REVISOR : DES. NIVALDO MULATINHO FILHO

PROCURADORA : DRA. EVA REGINA DE A. BRASIL

VOTO DO REVISOR

Trata-se de Recurso de Apelação interposto por ROBERTO APOLINÁRIO DA SILVA, por não haver se conformado com a decisão de fls. 166/174, proferida pelo Juízo da 2ª Vara da Comarca de Timbaúba/PE, que o condenou à pena de 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão e multa de 90 (noventa) dias-multa, sanção que foi substituída por duas restritivas de direito, pela infração cometida a teor do art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 10.826/2003, (Estatuto do Desarmamento).

A denúncia foi recebida em 18.03.2010 (fl. 139), a decisão foi publicada em 29.10.2010.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



Narra a inicial de fls. 02/03 que no dia 06 de setembro de 2009, por volta das 1:30 horas, na Rua Maciel Pinheiro, no centro de Timbaúba/PE, uma guarnição da PM/PE, em ronda de rotina, abordou o Apelante encontrando em seu poder uma arma de fogo, devidamente municiada (um revólver Taurus, cal. 38, nº de série raspado), com capacidade para seis cartuchos e cinco cartuchos do mesmo calibre intacto, sem a devida autorização legal para portá-lo, e pela sua falta o ora Acusado foi preso em flagrante e conduzido à presença da autoridade policial.

Emerge, igualmente, da Denúncia que na delegacia de polícia o ora Recorrente confessou a propriedade do artefacto e munições, sob o argumento de que estava somente se defendendo de ameaças sofridas. Adiantou igualmente que havia comprado a arma de fogo numa feirinha na cidade do Recife/PE, cujo vendedor era uma pessoa desconhecida, ao valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). E, ainda, que já havia sido preso em função de tráfico de drogas e, por dirigir automóvel sem habilitação.

A Defesa em suas razões de fls. 178/180, pleiteia a absolvição, em face da primariedade e dos bons



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



antecedentes do Apelante, bem como, por possuir residência fixa e, que estava armado naquela ocasião para se defender de possíveis ameaças de terceiros.

O Ministério Público contrariou as razões do apelo, às fls. 201/202, manifestando-se pela manutenção da sentença em seu inteiro teor.

A douta Procuradoria de Justiça, ao ofertar parecer às fls. 207/208, da lavra da Exma. Dra. Procuradora Eva Regina de A. Brasil, pugnou no sentido de ser negado provimento a presente Apelação, com a manutenção da sentença do Juízo “a quo”.

Verifico que as razões recursais não merecem amparo legal, uma vez que a decisão foi baseada nas provas existentes dos autos, nem tão pouco deve prosperar a alegação defensiva de que o Recorrente estaria de posse de uma arma de fogo para se defender.

A materialidade do crime encontra-se perfeitamente confirmada por meio do Auto de Apresentação e Apreensão da arma de fogo com o número de série raspada, juntamente com 05 (cinco) cartuchos intactos,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



constante do processo à fl. 11, aliada às provas testemunhais coligidas no processo.

Com relação à sentença, o ora Acusado demonstrou seu descontentamento com sua condenação por entender ser possuidor de qualidades suficientes para um juízo de absolvição, tendo em vista ser um rapaz digno, ter família e residência certas, bem como, não ter envolvimento em qualquer tipo de ilícito. Alega ainda como justificativa, o fato de ter sido preso portando arma de fogo, sua intenção especificamente defensiva em face das ameaças recebidas. Assevera igualmente que a Lei do Desarmamento não atingiu resultado positivo na diminuição da violência, nem redução da criminalidade, uma vez que os criminosos não precisam de autorização para portar armas, e que as pessoas abordadas por assaltantes se tornam vulneráveis por estarem desarmadas.

No tocante aos argumentos do Apelante entendo que não são merecedores de amparo legal. Inicialmente, porque as qualidades pessoais do mesmo não o autorizam a portar arma sob qualquer pretexto, mesmo que tenha recebido ameaça de terceiros, o melhor caminho legal



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



para que o Réu resolvesse tal conflito seria procurar uma autoridade policial para pedir proteção.

Quanto ao tipo penal imputado no oferecimento da Denúncia, não vejo nenhuma ilegalidade, uma vez que as provas colhidas nos autos são irrefutáveis quanto à conduta delituosa do ora Apelante. Ao passo que, para tanto, temos a confissão do Acusado (fls. 151/152), além dos depoimentos dos policiais que realizaram o flagrante (150/151), que confirmaram os fatos narrados na inicial, bem como, asseveraram que o Réu havia confessado a propriedade da arma de fogo que levava consigo ao ser preso em flagrante, e que o mesmo afirmou que havia comprado referido artefacto na comarca do Recife.

Vale registrar que as qualidades pessoais do Acusado vão ser levadas em consideração pela justiça, não para servir de justificativa para práticas ilegais, porém, na realização da dosimetria, o que de fato foi realizado, até porque o mesmo foi favorecido pela substituição da pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito, a teor do art. 44, do Código Penal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



Logo, não existe nos autos nenhuma dúvida quanto à prática delituosa do Apelante ROBERTO APOLINÁRIO DA SILVA, não havendo, portanto, nada o que alterar na decisão por se mostrar adequada ao caso em exame.

Por todo o exposto, **voto pelo improvimento** do presente Recurso defensivo, para que a decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara da Comarca de Timbaúba seja conservada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 28 de maio de 2014


Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Revisor